



**OUVIDORIA NACIONAL
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

RELATÓRIO SEMESTRAL

JULHO A DEZEMBRO DE 2025



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL

SUMÁRIO

1. Apresentação

2. Equipe da Ouvidoria Nacional do Ministério Público

3. Atuação Institucional da Ouvidoria Nacional do Ministério Público

Agenda Institucional – 2º Semestre de 2025

3.1 Junho

3.1.1 Lançamento da 3ª edição do Boletim Informativo da ONMP

3.1.2 Entrevista temática sobre controle externo da atividade policial (GACEP/MPPI)

3.2 Julho

3.2.1 Reuniões e articulações interinstitucionais (CNJ, STJ e Justiça Militar da União)

3.2.2 Campanha institucional de enfrentamento à violência de gênero e fortalecimento da Ouvidoria das Mulheres

3.3 Agosto

3.3.1 Ciclo de Diálogos da Lei Maria da Penha – 2025 (Agosto Lilás)

3.3.2 Pacto para Integração, Articulação e Fortalecimento das Ouvidorias das Mulheres

3.3.3 Lançamento da cartilha *“20 Questões Essenciais que Toda Mulher em Situação de Violência Precisa Saber”*

3.3.4 Campanhas nacionais “Ouvidoria para Todos”

3.3.5 Boletim Informativo da ONMP – edição de agosto

3.3.6 Marco de 10 mil manifestações e avanços em projetos estruturantes

3.4 Setembro

3.4.1 1ª Reunião da Rede de Ouvidorias do Ministério Público em 2025 (Circuito CNMP 2025)

3.4.2 Ouvidoria Nacional de Combate à Violência Policial e Painel de BI temático

3.4.3 Lançamento da cartilha *“Como Fazer sua Manifestação na Ouvidoria Nacional”*

3.4.4 Aprimoramento do BI Público da ONMP e integração automática de dados

3.4.5 Projeto Integração e Manual de Combate à Violência Policial

3.4.6 Projeto Boas Práticas das Ouvidorias na Defesa dos Direitos Fundamentais

3.4.7 2ª Reunião da Rede de Ouvidorias e 77ª Reunião Ordinária do CNOMP



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL

(Macapá/AP)

3.4.8 Aprovação do Modelo Nacional de Pesquisa de Satisfação

3.4.9 Instituição de Grupos de Trabalho (Regimento da Rede e Código de Ética)

3.4.10 Prêmio CNMP – Categoria Excelência em Ouvidoria (13ª edição)

3.5 Outubro

3.5.1 Encontro Nacional de Prevenção e Enfrentamento aos Assédios e à Violência Laboral

3.5.2 Lançamento do Formulário de Atendimento a Manifestações de Assédio e Violência Laboral

3.5.3 Proposta de resolução que institui o Código de Ética das Ouvidorias dos Ministérios Públicos dos Estados e da União

3.5.4 Participação no Encontro do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH)

3.5.5 Participação no COP Internacional 2025 e apresentação de publicação temática

3.6 Novembro

3.6.1 Assinatura do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência de Gênero nas Universidades

3.6.2 Acordo de Cooperação Técnica entre o CNMP e o Ministério dos Portos e Aeroportos

3.6.3 Campanha nacional de prevenção e enfrentamento ao tráfico de pessoas

3.6.4 Lançamento da publicação *“Normas Aplicáveis às Ouvidorias-Gerais do Ministério Público”*

3.7 Dezembro

3.7.1 Campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”

3.7.2 Lançamento das publicações *“Elementos para uma Atuação Integrada...”* e *“Trajetórias que Inspiram...”*

3.7.3 Lançamento da publicação *“Memórias: Histórico das Ouvidorias do Ministério Público (2015–2025)”*

4. Estatística – 2º Semestre de 2025

4.1 Panorama Geral

4.2 Canais de Atendimento

4.3 Tipologia das Manifestações



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL

4.4 Origem das Manifestações

4.5 Assuntos Demandados

4.6 Radar Ambiental

4.7 Ouvidorias Temáticas

4.8 Perfil dos Manifestantes

4.8.1 Sexo

4.8.2 Ocupação

4.9 Pesquisa de Satisfação

4.10 Estatística Nacional das Ouvidorias do Ministério Público.

5. Considerações Finais

1. Apresentação

A Ouvidoria Nacional do Ministério Público (ONMP) tem desenvolvido uma atuação consistente e estratégica, voltada ao fortalecimento institucional e ao aprimoramento da integração entre os diversos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro. Em permanente articulação com os setores internos do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e com as Ouvidorias-Gerais de todo o país, a Ouvidoria Nacional vem ampliando a coordenação de ações, modernizando fluxos de trabalho e promovendo práticas que reforçam a transparência, a eficiência e a responsabilidade pública. Essa atuação integrada consolida a Ouvidoria Nacional como referência de ética, cooperação e credibilidade no fortalecimento do Ministério Público como instituição essencial à defesa da sociedade e dos direitos fundamentais.





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL

2. Equipe



Conselheira Nacional Ivana Lúcia Franco Cei
OUVIDORA NACIONAL

MEMBROS AUXILIARES

Oswaldo D’Albuquerque Lima de Neto
Vinicius Menandro Evangelista de Souza

MEMBROS COLABORADORES

Marcelo Moreira dos Santos
José Cantuária Barreto
Chimelly Louise de Resenes Marcon

EQUIPE TÉCNICA

Alessandra Meireles Silva (Servidora)
Astrogildo Guedes dos Santos (Servidor)
Chiara Giovana de Freitas Peres (Estagiária)
Eraldo Júnior Mendes dos Santos (Apoio Administrativo)
Flávia Moreira Nardelli (Servidora)



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL

Gracinete Lago dos Santos (Apoio Administrativo)

Mariana Zanatta Dória (Servidora)

Leonardo Maciel Levenhagen Pinto (Servidor)

3. Atuação Institucional da Ouvidoria Nacional do Ministério Público
Agenda Institucional – 2º Semestre de 2025

Junho

Em junho, foi lançada a terceira edição do Boletim Informativo da Ouvidoria Nacional do Ministério Público, periódico institucional dedicado à divulgação de ações, cursos, campanhas e boas práticas das Ouvidorias do Ministério Público brasileiro. Nesta edição, foi apresentada entrevista com Fabrícia Barbosa de Oliveira, Promotora de Justiça e coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GACEP) do Ministério Público do Estado do Piauí, que tratou da atuação do Ministério Público no controle externo da atividade policial.

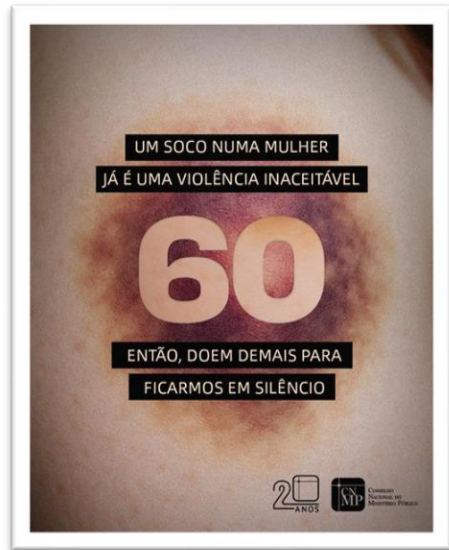
Julho

Em julho, a agenda institucional concentrou-se no fortalecimento de parcerias e na ampliação de espaços de cooperação entre órgãos do sistema de justiça. Foram realizadas reuniões com a Procuradora Estadual de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia, Dra. Gleiciane Duarte, e com o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Mauro Campbell Marques, na sede do Conselho Nacional de Justiça, além da participação na 1ª Reunião do Observatório Pró-Equidade da Justiça Militar da União, na sede do Superior Tribunal Militar. As iniciativas reafirmaram o compromisso da Ouvidoria Nacional em promover a integridade institucional, o diálogo construtivo e a cultura de transparência como fundamentos da boa governança pública.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL

Houve, ainda, o desenvolvimento de campanha institucional sobre um episódio de violência de gênero, conduzida pela Secom em parceria com a Ouvidoria Nacional do Ministério Público, que alcançou o maior engajamento da história das redes sociais do CNMP, mobilizando milhares de pessoas em todo o país. A ação, inspirada na ampla repercussão do caso, reforçou o compromisso do Conselho com o enfrentamento à violência de gênero e destacou o papel da Ouvidoria das Mulheres como canal de acolhimento, orientação e encaminhamento de denúncias, contribuindo para ampliar a conscientização social e fortalecer a rede de proteção às vítimas.



Agosto

Agosto, mês emblemático da campanha “Agosto Lilás”, foi marcado por importantes ações voltadas ao enfrentamento da violência de gênero. A Ouvidoria Nacional do Ministério Público, no âmbito do canal especializado da Ouvidoria da Mulher, promoveu, em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF/CNMP), o **Ciclo de Diálogos da Lei Maria da Penha – 2025**, realizado no Plenário do CNMP, reunindo membros do Ministério Público e especialistas de diversas áreas para discutir avanços legislativos, desafios institucionais e práticas exitosas na proteção das mulheres.



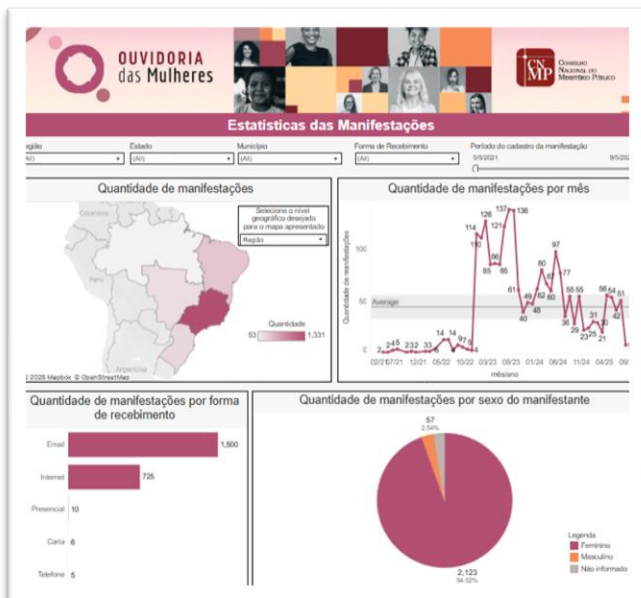
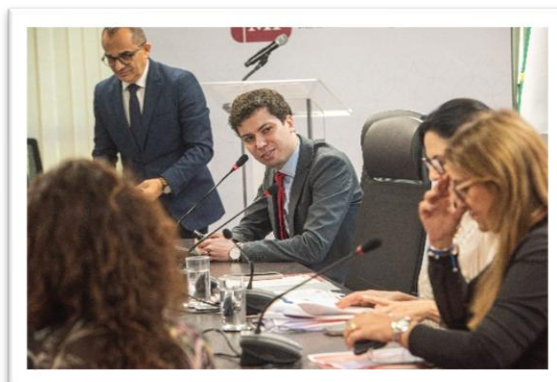


CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL

Entre os expositores, a Promotora de Justiça Ivana Machado Battaglin, do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MP/RS), proferiu a palestra “Avanços Legislativos e Experiências Inovadoras na Proteção às Mulheres”, destacando recentes alterações normativas e boas práticas aplicadas no sistema de justiça para aprimorar a efetividade da Lei Maria da Penha.



Em seguida, o Promotor de Justiça Thimotie Heemann, do Ministério Público do Estado do Paraná (MP/PR), apresentou a exposição “Atuação em Rede e Cooperação Interinstitucional no Enfrentamento da Violência de Gênero”, ressaltando a importância da integração entre as Ouvidorias, os órgãos ministeriais, os serviços públicos e a sociedade civil como condição indispensável para o enfrentamento efetivo da violência de gênero.



O encontro consolidou-se como um marco de reflexão e de fortalecimento da atuação conjunta do Ministério Público na defesa dos direitos das mulheres, reafirmando o compromisso da Ouvidoria Nacional com a construção de uma rede

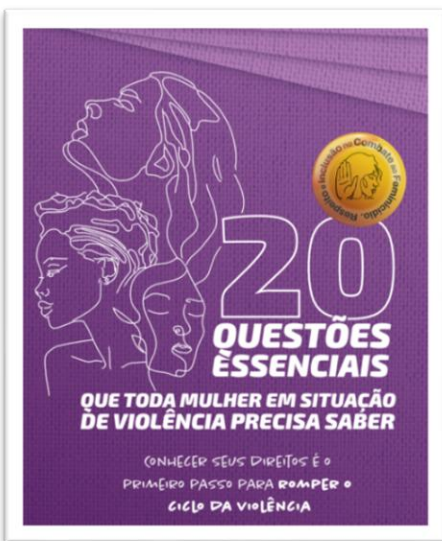
institucional sólida, humanizada e articulada em todo o país. Essa atuação está em consonância com o **Pacto para Integração, Articulação e Fortalecimento das Ouvidorias das Mulheres no Enfrentamento da Discriminação e da Violência contra as Mulheres**, instrumento firmado em fevereiro de 2025, que estabelece



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL

diretrizes e compromissos voltados à qualificação do atendimento e ao aprimoramento das ações de acolhimento e proteção às vítimas.

Na ocasião, foi lançada a cartilha **“20 Questões Essenciais que Toda Mulher em Situação de Violência Precisa Saber”**, iniciativa da Ouvidoria das Mulheres, em parceria com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), idealizada pela conselheira Ivana Cei, Ouvidora Nacional do Ministério Público, e pela procuradora-geral de Justiça Vanessa Cavalazzi.



O material foi concebido como um instrumento de orientação e empoderamento, reunindo informações jurídicas e práticas sobre direitos, medidas protetivas, canais de denúncia e serviços disponíveis na rede de apoio às vítimas. Escrita em linguagem acessível e didática, a cartilha busca aproximar o Ministério Público das mulheres em situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da escuta humanizada e para a promoção de uma atuação institucional mais acolhedora, informada e articulada.

Foram também lançadas duas campanhas nacionais no âmbito da ação **“Ouvidoria para Todos”** — uma voltada ao combate à **adultização infantil virtual** e outra dedicada à **prevenção e ao enfrentamento do tráfico de pessoas** —, reafirmando a dimensão educativa e preventiva da atuação da Ouvidoria.





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL

Além disso, foi lançado o **Boletim Informativo da Ouvidoria Nacional do Ministério Público**, periódico institucional que, em sua edição referente ao mês de agosto, apresentou as principais ações, campanhas e resultados alcançados no período.

Nessa edição, foi entrevistada Ana Lara Camargo de Castro, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, que abordou a atuação do Ministério Público nos casos de violência de gênero, destacando os desafios, avanços



e boas práticas na proteção e no acolhimento das mulheres vítimas.

Ainda em agosto, a Ouvidoria Nacional atingiu a marca de dez mil manifestações recebidas desde sua criação, consolidando-se como espaço de escuta responsável e de construção de confiança social. O período reafirmou, ademais, o avanço de iniciativas como o projeto “*Respeito é Bom, Eu Gosto e é Direito*”, voltado às universidades, e o programa de capacitação “*Ouvidoria para Todas as Mulheres*”.

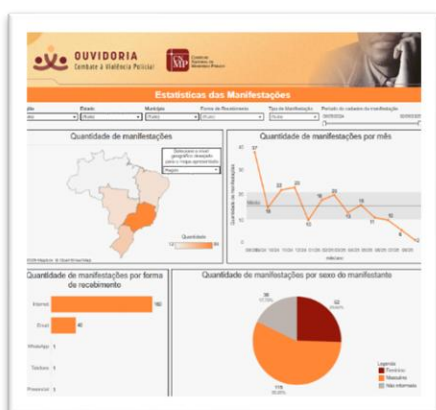
Setembro



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL

No dia 11 de setembro, durante o Circuito CNMP 2025, em Brasília, realizou-se a **1ª Reunião da Rede de Ouvidorias do Ministério Público em 2025**, sob a presidência da conselheira Ivana Cei, Ouvidora Nacional do Ministério Público. O encontro representou um marco no fortalecimento da articulação nacional das Ouvidorias-Gerais, ao reunir representantes de todas as unidades ministeriais para a apresentação do balanço consolidado de atendimentos registrados no Sistema Ouvidoria Cidadã.

Entre os destaques, foram apresentados os dados da Ouvidoria de Combate à Violência Policial, canal especializado instituído no âmbito da Ouvidoria Nacional do Ministério



Público para o recebimento, registro e acompanhamento de manifestações relacionadas a condutas abusivas, omissivas ou excessivas praticadas no contexto da atividade policial. O relatório demonstrou o amadurecimento e a consolidação do canal como instância qualificada de escuta e controle social.

Na ocasião, foi também destacado o **Painel de Business Intelligence (BI) da Ouvidoria de Combate à Violência Policial**, que permite o monitoramento sistemático e em tempo real dos registros, assegurando maior precisão estatística, transparência ativa e suporte analítico à formulação de estratégias institucionais. A ferramenta afirma-se como recurso estratégico de gestão da informação, contribuindo para o aperfeiçoamento da atuação ministerial no controle externo da atividade policial e para a promoção de uma cultura de segurança pública cidadã e responsável.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL



Na mesma oportunidade, foi lançada a cartilha **“Como Fazer sua Manifestação na Ouvidoria Nacional”**, publicação voltada à orientação do cidadão sobre as formas de acesso, os tipos de manifestação e as etapas de tramitação no âmbito da Ouvidoria Nacional do Ministério Público. Elaborada em linguagem clara e acessível, a cartilha busca estimular o exercício da cidadania e ampliar a compreensão sobre o papel das Ouvidorias como canais legítimos de participação social, reforçando o compromisso institucional com a transparência, a escuta qualificada e a aproximação com a sociedade.

Também foi anunciado o aprimoramento do BI Público da Ouvidoria Nacional, que passará a integrar de forma automática os dados estatísticos das Ouvidorias-Gerais do Ministério Público, assegurando maior consistência analítica,



transparência ativa e atualização contínua das informações. A medida representa um avanço significativo na gestão integrada de dados, fortalecendo a capacidade institucional de monitoramento, diagnóstico e comunicação pública dos resultados da atuação das

Ouvidorias.

No eixo Diálogos com a Ouvidoria Nacional, foram apresentados o Projeto Integração e o Manual de Combate à Violência Policial, com ênfase na exposição do membro auxiliar da CSP/CNMP, Marco Antônio Amorim, que destacou a necessidade de atuação coordenada diante de denúncias de abusos cometidos por agentes de segurança pública.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL

No âmbito do Projeto Boas Práticas das Ouvidorias na Defesa dos Direitos Fundamentais, também realizado no dia 11/09, o Ministério Público de Santa Catarina apresentou o projeto “Mulheres em Campo, Protocolo Não é Não”, voltado à prevenção da violência contra as mulheres em ambientes de lazer e esportivos. O Ministério Público de Minas Gerais, por sua vez, apresentou o “Protocolo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica”, instrumento pioneiro



destinado ao atendimento humanizado e especializado de meninas e mulheres em situação de violência.

Nos dias 25 e 26 de setembro, em



Macapá, o Ministério Público do Amapá (MPAP) sediou a **2ª Reunião da Rede de Ouvidorias do Ministério Público e a 77ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional das Ouvidorias do**

Ministério Público (CNOMP), eventos coordenados pela Ouvidoria Nacional do Ministério Público, sob a presidência da conselheira Ivana Cei. As reuniões representaram um importante avanço no processo de integração e fortalecimento das Ouvidorias-Gerais, consolidando a Rede como instrumento permanente de articulação, troca de experiências e harmonização de práticas institucionais em todo o país.



Na ocasião, foi aprovado o modelo nacional de Pesquisa de Satisfação, instrumento que estabelece parâmetros unificados de avaliação dos serviços prestados pelas Ouvidorias-Gerais do Ministério Público brasileiro, permitindo a mensuração comparada da qualidade do atendimento, da efetividade das respostas institucionais e do grau de confiança da sociedade nos canais de escuta do Ministério



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO OUVIDORIA NACIONAL

Público. Também foram instituídos Grupos de Trabalho voltados à atualização do Regimento Interno da Rede e à elaboração do Código de Ética das Ouvidorias do Ministério Público, medidas que fortalecem a governança colaborativa, a coerência normativa e a consolidação de padrões nacionais de conduta e desempenho.

O mês também foi marcado pela entrega da **13ª Edição do Prêmio CNMP**,



cuja categoria Excelência em Ouvidoria reconheceu iniciativas inovadoras e de elevado impacto social desenvolvidas pelas Ouvidorias do Ministério Público brasileiro. O primeiro lugar foi conferido ao projeto Aplicativo Android da Ouvidoria do MPAL, coordenado pelo Ouvidor Maurício Pitta; o segundo lugar,

ao projeto Ouvidoria das Vítimas, do Ministério Público do Amapá (MPAP), idealizado pelo então Ouvidor Marcelo Moreira dos Santos e continuado pela Ouvidora Maricélia Campelo; e o terceiro lugar contemplou o projeto “Ouvidoria na Praça”, do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), coordenado pela Ouvidora-Geral Lorraine Jacob.

Outubro

Em outubro, a Ouvidoria Nacional do Ministério Público participou do Encontro Nacional de Prevenção e Enfrentamento aos Assédios e à Violência Laboral, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O evento reafirmou a preocupação institucional com a valorização das relações





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO OUVIDORIA NACIONAL

de trabalho pautadas pela ética, pelo respeito e pela cultura do diálogo, promovendo o comprometimento coletivo com ambientes laborais saudáveis, seguros e colaborativos.

Na ocasião, a Ouvidoria Nacional lançou o Formulário de Atendimento a Manifestações de Assédio e Violência Laboral, voltado exclusivamente ao recebimento e à triagem qualificada de comunicações sobre assédio moral, sexual e outras formas de violência no ambiente de trabalho. O instrumento padroniza o fluxo de acolhimento e assegura escuta humanizada, sigilo e tratamento técnico especializado, reforçando o papel da Ouvidoria como porta de entrada institucional para a escuta e o acolhimento de situações de vulnerabilidade. A programação contou com palestra da especialista Dra. Rose Meire Cyrillo, referência nacional em Ouvidoria, integridade e prevenção aos assédios, que destacou a importância de estruturas preparadas e equipes capacitadas para o acolhimento responsável e a promoção de uma cultura de respeito e confiança nas relações de trabalho.

No período, a ouvidora nacional do Ministério Público, conselheira Ivana Cei, apresentou ao Conselho Nacional do Ministério Público, durante a 16ª Sessão Ordinária de 2025, proposta de resolução que institui o Código de Ética das Ouvidorias dos Ministérios Públicos dos Estados e da União. A iniciativa tem por finalidade estabelecer parâmetros éticos para orientar a atuação das Ouvidorias no exercício de suas atribuições institucionais, contribuindo para o fortalecimento da confiança pública, da legitimidade institucional e da transparência administrativa, bem como para a consolidação de padrões nacionais de conduta, integridade e responsabilidade no âmbito do sistema de ouvidorias do Ministério Público.

Ainda em outubro, a Ouvidoria Nacional esteve presente no Encontro do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), realizado entre os dias 8 e 11, na cidade de Maceió (AL). A participação integrou o eixo de defesa dos direitos fundamentais e de articulação com os órgãos do sistema de justiça, reforçando o compromisso com o diálogo interinstitucional.

A Ouvidoria Nacional do Ministério Público se fará presente no Congresso de Operações Policiais – COP Internacional 2025, que será realizado de 23 a 25 de outubro de 2025, no São Paulo Expo, em São Paulo (SP). A participação ocorrerá por



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL

meio da Ouvidora Nacional, conselheira Ivana Cei. Na ocasião, será apresentado o projeto da publicação “Elementos para uma Atuação Integrada entre o Ministério Público e as Forças de Segurança Pública”, resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho composto por integrantes da Ouvidoria Nacional do Ministério Público, da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP/CNMP) e por promotores de Justiça com atuação especializada na área. A iniciativa tem por objetivo subsidiar a construção de práticas colaborativas e estratégias institucionais conjuntas voltadas ao fortalecimento do controle externo, à prevenção da violência e à promoção de uma segurança pública pautada pela legalidade e pela proteção dos direitos humanos.

Ainda em outubro, a Ouvidoria Nacional esteve presente no Encontro do Grupo



Nacional de Direitos Humanos (GNDH), realizado entre os dias 8 e 11, na cidade de Maceió (AL). A participação integrou o eixo de defesa dos direitos fundamentais e de articulação com os órgãos do sistema de justiça, reforçando o compromisso institucional com o diálogo interinstitucional e a atuação integrada na promoção e

proteção dos direitos humanos.

A Ouvidoria Nacional do Ministério Público também esteve presente no Congresso de Operações Policiais – COP Internacional 2025, realizado entre os dias 23 e 25 de outubro de 2025, no São Paulo Expo, em São Paulo (SP). A participação ocorreu por meio da Ouvidora Nacional, conselheira Ivana Cei. Na ocasião, foi apresentado o projeto da publicação “*Elementos para uma Atuação Integrada entre o Ministério Público e as Forças de Segurança Pública*”, resultado dos trabalhos desenvolvidos por Grupo de Trabalho composto por integrantes da Ouvidoria Nacional do Ministério Público, da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP/CNMP) e por promotores de Justiça com atuação especializada na área. A iniciativa teve por objetivo subsidiar a construção de práticas colaborativas e estratégias institucionais conjuntas voltadas ao fortalecimento do controle externo, à prevenção da violência e à promoção de uma segurança pública



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL

pautada pela legalidade e pela proteção dos direitos humanos.

Novembro



Em novembro, foi assinada, pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência de Gênero nas Universidades, iniciativa inédita voltada à prevenção, ao acolhimento e ao enfrentamento das violências de gênero no ambiente acadêmico. O instrumento

contou com a adesão inicial das universidades parceiras — Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) —, além do apoio das respectivas Ouvidorias locais do Ministério Público brasileiro. O pacto estabeleceu diretrizes conjuntas para a prevenção, o acolhimento e o enfrentamento da violência de gênero em ambientes acadêmicos.

No mesmo período, foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Ministério dos Portos e Aeroportos, voltado à implementação de mecanismos de escuta qualificada e de canais de atendimento humanizado em portos e aeroportos, ampliando a rede de acolhimento e proteção social em locais de grande circulação de pessoas.

Como produto desse acordo, foi lançada a campanha nacional de prevenção e



enfrentamento ao tráfico de pessoas, desenvolvida pela Secretaria de Comunicação Social do CNMP (Secom/CNMP), em parceria com a Ouvidoria Nacional do Ministério Público. A iniciativa teve por objetivo sensibilizar viajantes, trabalhadores e instituições parceiras sobre formas de identificação,



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL

denúncia e combate a esse tipo de violação de direitos humanos.

Ainda em novembro, foi lançada a publicação *“Normas Aplicáveis às Ouvidorias-Gerais do Ministério Público”*, iniciativa inédita da Ouvidoria Nacional do Ministério Público. O material reuniu, de forma sistematizada e interativa, o conjunto de normativos que orientam a atuação das Ouvidorias no âmbito do Ministério Público brasileiro, oferecendo uma ferramenta de consulta, pesquisa e intercâmbio de experiências institucionais.



A publicação configurou um inventário histórico e jurídico de grande relevância, consolidando resoluções, regimentos internos, atos normativos e boas práticas administrativas produzidos ao longo da última década, promovendo transparência, uniformização de

procedimentos e o fortalecimento técnico das Ouvidorias-Gerais como instâncias essenciais de escuta, participação social e controle democrático.



Dezembro

Em dezembro, a Ouvidoria Nacional do Ministério Público promoveu a campanha *“21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”*, iniciativa de alcance internacional voltada à conscientização da sociedade sobre as múltiplas formas de violência de



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL

gênero e ao incentivo à participação ativa de instituições e cidadãos na promoção da igualdade e da justiça social. A ação integrou o calendário oficial do movimento global dos 16 Dias de Ativismo, ampliado no Brasil para 21 dias, e contou com ações coordenadas de comunicação, mobilização e educação em direitos, realizadas em parceria com a Rede de Ouvidorias do Ministério Público brasileiro.



No dia 12 de dezembro, foram lançadas as publicações *“Elementos para uma Atuação Integrada entre o Ministério Público e as Forças de Segurança Pública”* e *“Trajetórias que Inspiram – Mulheres do Ministério Público Brasileiro”*. Esta última reuniu histórias de vida e experiências de mulheres que marcaram a história do Ministério Público em diferentes estados, destacando lideranças femininas, conquistas institucionais e ações transformadoras no campo dos direitos humanos e da

equidade de gênero. A obra, coordenada pela Ouvidoria Nacional, valorizou o protagonismo feminino e simbolizou o reconhecimento da contribuição das mulheres para a consolidação de um Ministério Público plural, inclusivo e comprometido com a justiça social.



Encerrando as ações do ano, foi lançada a publicação *“Memórias: Histórico das Ouvidorias do Ministério Público (2015–2025)”*, produzida pela Ouvidoria Nacional do Ministério Público. A obra reuniu relatos e trajetórias profissionais dos





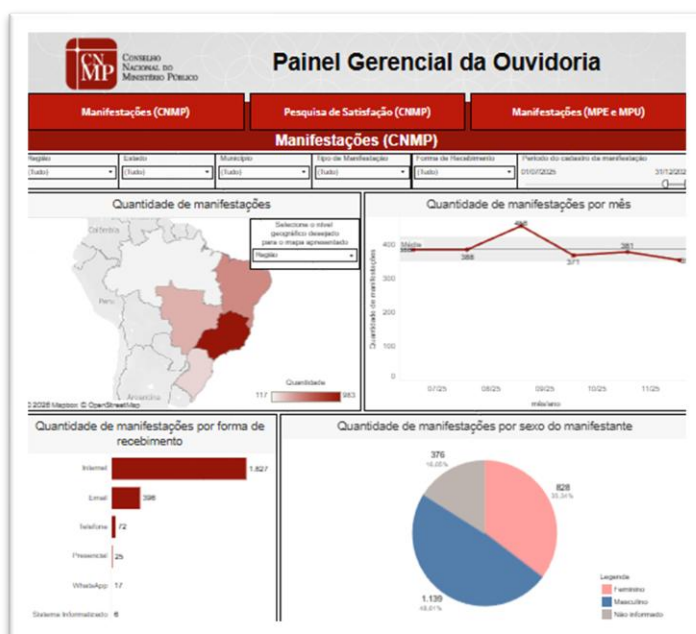
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO OUVIDORIA NACIONAL

ouvidores e ouvidoras-gerais que estiveram à frente das Ouvidorias do Ministério Público brasileiro ao longo da última década, apresentando vivências institucionais, desafios, conquistas e perspectivas de cada gestão. Mais do que um registro documental, “*Memórias*” consolidou-se como um testemunho coletivo sobre o papel das Ouvidorias do Ministério Público como espaços de escuta, transparência e aproximação com a sociedade.

4. Estatística

1. Panorama Geral

No segundo semestre de 2025, compreendendo o terceiro e o quarto trimestres, a Ouvidoria Nacional do Ministério Público registrou 2.328 manifestações, reafirmando-se como canal estratégico de escuta qualificada, interlocução institucional e fortalecimento da participação social no âmbito do Ministério Público brasileiro.



As manifestações foram recebidas, de forma predominante, por meio da plataforma Ouvidoria Cidadã, o que evidencia a consolidação do atendimento digital como principal meio de acesso da população à Ouvidoria Nacional.

2. Canais de Atendimento

No período analisado, a Ouvidoria Nacional operou por meio de plataforma multicanal, com a seguinte distribuição aproximada dos atendimentos:

- Ouvidoria Cidadã (formulário eletrônico): cerca de 94% a 95%
- E-mail: cerca de 3%
- Atendimento presencial: até 2%



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO OUVIDORIA NACIONAL

- Telefone: cerca de 1%
- WhatsApp e correspondência física: percentuais residuais ou inexistentes

Os dados demonstram a efetividade e a ampla utilização do sistema eletrônico, aliado a canais complementares que asseguram acessibilidade e inclusão.

3. Tipologia das Manifestações

No conjunto do segundo semestre de 2025, as manifestações concentraram-se, majoritariamente, nas seguintes categorias:

- Representações
- Reclamações
- Pedidos de Informação

No 3º trimestre, destacaram-se 535 Representações e 530 Reclamações, além de 146 Pedidos de Informação, 22 Sugestões, 20 Críticas e 5 Elogios.

No 4º trimestre, foram registradas 580 Representações, 381 Reclamações, 91 Pedidos de Informação, 22 Críticas, 18 Sugestões e 2 Elogios.

O volume expressivo de Representações e Reclamações, ao longo de todo o semestre, evidencia a centralidade da Ouvidoria Nacional como instância de recebimento e encaminhamento de demandas relacionadas à atuação institucional e funcional do Ministério Público.

Ressalta-se que, no período, os Pedidos de Informação foram integralmente respondidos dentro dos prazos legais, não havendo registro de negativa de acesso à informação.

4. Origem das Manifestações

As manifestações tiveram abrangência nacional, sendo registradas por



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL

Selecione os critérios a direita para o tabela estatística

Estado: Tipos de Manifestações

Quantidade de Manifestações (Estado x Tipo de Manifestação)

Estado	Crimes	Eleição	Procedimento Administrativo	Procedimento Administrativo	Manifestação	Recurso Judicial	Recurso	Total geral
Acre					1			1
Amapá			1	2	15			17
Arraial			1		1	3		5
Aruama			1	12	12	11		36
Bahia	4		52	12	36		1	105
Camá		1		7	25	12		45
Camé Federal	1		16	21	36	34	1	109
Camé Santo			4	6	7	15	1	33
Camé	1	1	7	6	36	40	4	95
Camé			1	3	11	7		22
Camé			5	3	26	16		49
Camé			5	5	6	3	1	17
Camé	6	1	6	12	13	159	5	238
Camé	1		3	2	12	6		24
Camé	1		1	3	21	6	1	33
Camé	1		1	12	26	26	2	70
Camé	2		4	22	16	16	2	61
Camé	2		5	2	15	7		31
Camé	6		6	22	21	15	1	105
Camé	1		3	3	4	2		10
Camé	3		5	6	26	26	4	66
Camé			1	3	1	6		11
Camé	1		6	6	20	23	1	56
Camé	4	2	41	61	162	237	10	529
Camé			6	3	13	7		31
Camé	4		2	5	4			16
Camé	1		11	20	49	167	2	210
Total geral	37	7	167	247	675	550	45	2.343

cidadãos de todas as unidades da Federação, envolvendo Ministérios Públicos estaduais, o Ministério Público da União e seus ramos especializados.

Observa-se maior concentração em unidades federativas com maior densidade populacional, sem prejuízo da

participação significativa de estados de todas as regiões do país, o que reforça o caráter nacional da Ouvidoria.

5. Assuntos Demandados

No segundo semestre de 2025, as manifestações analisadas por assunto concentraram-se, principalmente, nos seguintes eixos temáticos:

- Administração e funcionamento do Ministério Público
- Atuação de membros ou servidores

Esses dois temas, de forma recorrente nos dois trimestres, representaram parcela expressiva das manifestações, superando, em conjunto, 40% do total, o que evidencia a procura da Ouvidoria para questões relacionadas à organização institucional e à atuação funcional.

Também figuraram entre os temas mais recorrentes ao longo do semestre:

- Demandas alheias à competência institucional
- Categoria “Outros”
- Crimes
- Concurso público
- Serviços públicos
- Controle externo da atividade policial
- Improbidade administrativa



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL

- Lei de Acesso à Informação

Os demais assuntos apresentaram distribuição pulverizada, com menor incidência individual, abrangendo áreas como saúde, infância e juventude, acessibilidade, meio ambiente, educação e direitos da pessoa idosa.

6. Radar Ambiental

O Aplicativo Radar Ambiental consolidou-se, ao longo do segundo semestre de 2025, como ferramenta estratégica no enfrentamento aos crimes ambientais e na promoção da participação cidadã.

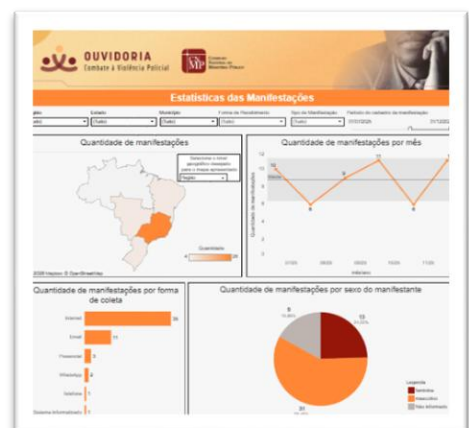
No 4º trimestre, foram registradas 606 manifestações relacionadas a questões ambientais, envolvendo, principalmente:

- Dano ambiental
- Poluição sonora
- Desmatamento
- Queimadas
- Poluição do ar

As manifestações tiveram ampla distribuição geográfica, com destaque para registros oriundos de Amapá, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, evidenciando a relevância nacional da ferramenta.

7. Ouvidorias Temáticas

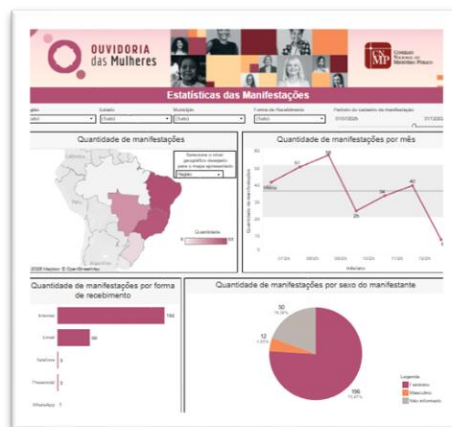
No segundo semestre de 2025, as ouvidorias temáticas mantiveram atuação relevante:





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL

- A Ouvidoria das Mulheres contabilizou mais de uma centena de manifestações no período, com destaque para o 4º trimestre, que registrou 99 manifestações, voltadas à defesa dos direitos das mulheres e ao enfrentamento da violência de gênero.
- A Ouvidoria Nacional de Combate à Violência Policial registrou, no 4º trimestre, 28 manifestações, todas analisadas e encaminhadas às autoridades competentes, reforçando o papel da Ouvidoria no acompanhamento e encaminhamento dessas demandas sensíveis.



8. Perfil dos Manifestantes

8.1 Sexo

Observou-se participação de pessoas de ambos os sexos, com predominância masculina, além de parcela de manifestações sem identificação do sexo do manifestante.

8.2 Ocupação

Quanto à ocupação declarada, destacaram-se, ao longo do semestre:

- Servidor(a) público(a)
- Advogado(a)
- Outros segmentos da sociedade
- Desempregado(a)
- Aposentado(a)
- Atuação na área administrativa



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
OUVIDORIA NACIONAL

O perfil revela diversidade social e profissional, reforçando o alcance da Ouvidoria Nacional junto a diferentes públicos.

9. Pesquisa de Satisfação

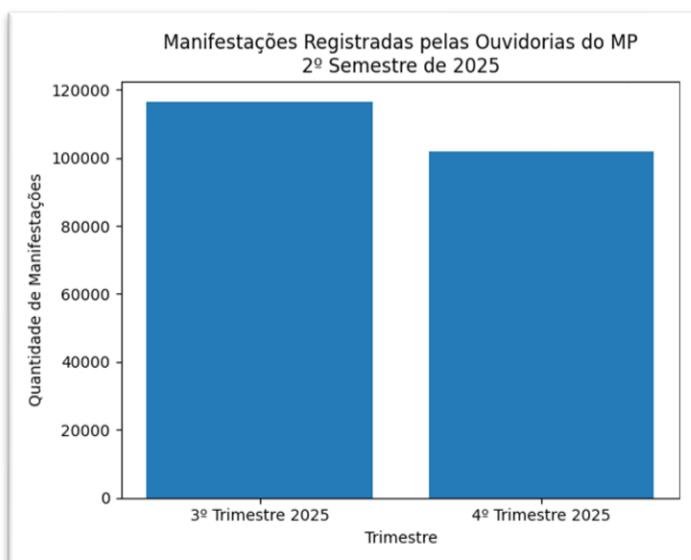
No período, foram registradas avaliações no sistema de pesquisa de satisfação, com indicadores que subsidiam a análise contínua dos fluxos de atendimento, destacando-se:

- Nota média relacionada ao atendimento objetivo das manifestações
- Nota média relacionada ao atendimento pela SICSIDÃO
- Índice geral de satisfação em torno de 60%

Os dados orientam ações de aprimoramento contínuo da experiência do usuário.

10. Estatística nacional

No segundo semestre de 2025, considerando os dados consolidados do terceiro e do quarto trimestres, as Ouvidorias dos Ministérios Públicos brasileiros registraram 218.508 manifestações, sendo 116.539 no terceiro trimestre e 101.969



no quarto trimestre. As manifestações tiveram abrangência nacional, com registros em todos os ramos e unidades do Ministério Público, destacando-se os Ministérios Públicos estaduais das regiões Sudeste, Nordeste e Sul, que concentraram os maiores volumes absolutos, além das



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO OUVIDORIA NACIONAL

manifestações dirigidas aos ramos da União, o que evidencia a capilaridade e a utilização contínua do sistema de ouvidorias em todo o território nacional.

No recorte temático do semestre, observou-se elevada incidência de manifestações relacionadas a Crimes (22.108 registros no 3º trimestre e 9.895 no 4º trimestre), Concurso público (6.795 no 3º trimestre e 5.465 no 4º trimestre), Improbidade administrativa (10.872 no 3º trimestre e 11.381 no 4º trimestre), Outros (22.820 no 3º trimestre e 21.003 no 4º trimestre), Meio ambiente (7.206 no 3º trimestre e 6.270 no 4º trimestre), Infância e juventude (5.361 no 3º trimestre e 4.294 no 4º trimestre) e Saúde (6.605 no 3º trimestre e 6.758 no 4º trimestre). Também mantiveram participação relevante as manifestações relativas à administração e funcionamento do Ministério Público, à atuação de membros ou servidores e às demandas alheias à competência institucional, demonstrando padrão recorrente de procura das ouvidorias tanto para o acompanhamento da atuação ministerial quanto para a busca de orientações e encaminhamentos no âmbito do sistema de justiça.

11. Considerações Finais

Os dados do segundo semestre de 2025 evidenciam a Ouvidoria Nacional do Ministério Público como canal consolidado de participação social, transparência e controle democrático, com atuação multicanal, abrangência nacional e crescente especialização temática.

A predominância de demandas relacionadas à atuação institucional e funcional do Ministério Público, aliada à expressiva utilização da plataforma digital, reforça a importância do contínuo aperfeiçoamento dos fluxos de atendimento, da comunicação institucional e da integração entre as unidades do Ministério Público brasileiro.